

Trajetória Acadêmica dos Alunos de Graduação que Recebem Bolsa-Auxílio

The Academic Performance of Undergraduates Granted With Financial Aid

Sílvia Angélica de Souza*

* Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Resumo

Este artigo busca analisar a trajetória dos alunos de graduação que recebem bolsa-auxílio, o ingresso em um curso superior em uma Universidade Pública, as dificuldades encontradas durante o processo de adaptação e a escolha do curso. Também serão abordadas questões referentes a políticas afirmativas nas Universidades. Os dados utilizados neste artigo foram cedidos pela Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE da Universidade Federal de Itajubá.

Palavras-chave: Trajetória acadêmica. Bolsa-Auxílio. Políticas Afirmativas. Escolha Profissional.

Abstract

This article analyze on the performance of the graduation students who have been given financial aid, their entrance to a public university, the difficulties they have found, their adaptation process and their course choice. Subjects related to governmental affirmative politics will be investigated. The data used in this article has been supplied by the student support coordination of the Public University of Itajubá.

Keywords: Performance Graduation. Financial Aid. Governmental Affirmative Politics. Professional Choice.

1 Introdução

1.1 Educação em crise: uma realidade brasileira

Ao longo das últimas décadas, o ensino superior vem sofrendo com as acentuadas mudanças da sociedade. Na década de 60, por exemplo, tivemos a estagnação da rede de ensino público universitário, conjuntamente com a expansão do ensino privado em todos os níveis de educação: básico, médio e superior. Entretanto, os quatro governos democráticos que se seguiram após o ano de 1985, em nada alteraram a medida dada pelos governos militares ao problema educacional do país. A linha mestra continuou sendo a expansão do sistema superior de educação privada e a estagnação da rede pública. A rede privada de ensino superior, que já congregava 59% dos alunos em 1985, passou a concentrar 62% em 1998 (GUIMARÃES, 2003).

Desta forma, o problema da escassez de vagas universitárias foi parcialmente compensado pela rede privada. Com o passar dos anos, a expansão do ensino privado elementar e médio deu-se ao crescimento da qualidade do serviço ofertado. A iniciativa privada foi capaz não apenas de atrair os melhores professores, como alguns destes, com o tempo, tornaram-se grandes empresários. No entanto, o mesmo não aconteceu com o ensino superior, no qual a iniciativa privada se mostrou incapaz de ofertar um ensino equivalente, em termos de qualidade, à rede pública já estabelecida. Isso por vários motivos, o principal deles seria o alto custo da formação acadêmica e da pesquisa científica, que exigem gran-

des investimentos em recursos humanos e treinamento (GUIMARÃES, 2003)

O resultado destes dois movimentos em direção oposta foi que a rede pública e gratuita de ensino médio e elementar se expandiu com baixa qualidade, ou mesmo, com certa precariedade. Por outro lado, o motivo para a melhoria do ensino fundamental e médio oferecido pela rede privada foi justamente a estagnação do ensino superior na rede pública. Isso porque, motivadas pelo afunilamento da oferta de ensino superior de “qualidade”, assegurado pelo mecanismo do vestibular, as famílias de classe média e alta demandaram em proporção crescente a rede privada de ensino elementar e médio. Esta situação permitiu não apenas a sua expansão física, mas a melhoria da oferta dos seus serviços, reforçada ainda mais pela concorrência entre as escolas particulares (VASCONCELOS; SILVA, 2005).

Quanto mais se acentuava a concorrência, mais difícil ficava para os filhos das classes médias, situados na sua franja mais pobre, cursarem os melhores colégios e atingirem a universidade pública. Acontecendo, então, o “fechamento” das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que, na concorrência pela melhor formação em escolas de 1º e 2º grau, eram vencidos pelas classes média e alta. As provas de exame vestibular para o ingresso nas universidades públicas passaram a ser realizadas num contexto de grande desigualdade de formação, motivada principalmente pela renda familiar. Jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores e mais caras escolas elementares

e de 2º grau, praticamente ocupavam todas as vagas disponíveis nos cursos das Universidades Públicas (ALMEIDA, 2006).

Nos últimos anos, porém, o Brasil alcançou importantes avanços nas áreas educacionais com projetos inovadores e ações afirmativas, como o ProUni, Fies – Financiamento Estudantil, cotas para negros e o aumento do número de vagas nas Universidades Federais. (BRASIL, 2007).

Segundo dados do Ministério da Educação, o Brasil passou a ter, em 1999, 2.377.715 estudantes matriculados na graduação, contra 2.125.958 estudantes, em 1998.

Em um ano, foram abertas, portanto, 251.757 novas vagas, o que equivale a um crescimento de 11,8%, com um expressivo aumento de matrículas na Região Nordeste.

Ademais, percebe-se que as universidades ainda não estão preparadas para receber os estudantes de classe econômica menos favorecida. Ainda são poucas as oportunidades para o ensino noturno, numa discriminação contra os alunos mais carentes e que precisam trabalhar durante o dia (BRASIL, 2001).

Neste sentido, a universidade necessita de uma nova organização, englobando e dando um novo significado à maneira da sociedade produzir, criando e difundindo seus valores de forma a promover a inclusão e melhoria da condição humana em suas múltiplas dimensões (CARDOSO, 2004). Para tanto é necessário que a universidade reveja seus métodos, suas práticas, objetivos, currículo, metodologias de ingresso e o próprio ensino.

2 Acesso e Permanência na Universidade

Nos dias atuais é muito comum ouvir falar sobre políticas afirmativas, mas como saber se estas ações não geram um outro tipo de exclusão?

Segundo Vasconcelos e Silva (2005), ação afirmativa é toda política voltada para a correção de desigualdades sociais geradas ao longo do processo histórico de cada sociedade. São ações públicas ou privadas de combate à desigualdade estrutural de grupos mais vulneráveis à discriminação.

O termo surgiu nos Estados Unidos, na década de 1960, quando a sociedade cobrava critérios mais justos na reestruturação dos Estados de direito. Seu público-alvo variou de acordo com as situações e abrangeu, entre outros, minorias étnicas, pessoas com deficiência e mulheres.

As principais áreas contempladas são: o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política (MOEHLCKE, 2002).

Entretanto, um fato recente repercutiu no cenário nacional e veio questionar uma destas ações promovidas pelo governo: o sistema de cotas:

Dois irmãos de Brasília, embora gêmeos idênticos, tiveram julgamentos diferentes: um foi considerado negro, garantindo uma vaga na universidade, e o outro ficou excluído deste sistema por ser classificado como branco.

Faz-se necessário repensar se tais políticas de inclusão são justas, mesmo porque os altos índices de evasão nos cursos universitários indicam que não se pode simplesmente garantir o acesso à universidade sem oferecer alguma sustentação.

A evasão muitas vezes decorre do simples fato do aluno precisar trabalhar no horário da aula (VASCONCELOS; SILVA, 2005).

A universidade precisa se preocupar com o estudante universitário, envolvendo-o em programas sociais e promovendo condições para o seu desenvolvimento integral, tentando desenvolver suas potencialidades ao máximo para que possa atingir seu nível de excelência pessoal e estar preparado para um papel atuante na sociedade (CUNHA, 2005).

O momento de acesso ao ensino superior representa a última etapa de um processo ao longo do qual se produzem complexas formas de seleção sócio-cultural. Por isso a universidade deve estar atenta para atuar efetivamente como facilitadora no desenvolvimento pessoal dos jovens, promovendo a integração e o ajustamento acadêmico, pessoal, social e afetivo dos alunos (ALMEIDA, 2006).

Por ser uma Instituição de Ensino Superior Federal, a UNIFEI tem alunos de várias regiões do Brasil, principalmente interior de São Paulo, cidades próximas a Itajubá e também alunos de outros países.

O custo de manutenção de um aluno em Itajubá, que não seja da cidade, é estimado em torno de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao mês. Como a UNIFEI não possui alojamentos para os seus alunos, eles se estabelecem na cidade através de repúblicas, dividindo despesas.

Muitos alunos que passam no vestibular da UNIFEI, não têm condições de se manter, sendo necessário trabalhar em horários alternativos e continuar seus estudos. Entretanto, a instituição disponibiliza bolsas de auxílio ao aluno comprovadamente carente de recursos, para ajudar na manutenção de suas necessidades básicas e no desempenho escolar.

Anualmente são atendidos aproximadamente 45 alunos através de dois programas: “Bolsa auxílio” com recursos oriundos da própria Instituição e “Garanta um futuro” com recursos da ADUNIFEI – Associação de Diplomados da UNIFEI, cujos valores são de R\$247,00.

Para participar dos programas, os alunos devem passar por seleção pela Coordenação de Assistência ao Estudante – CAE da Pró-Reitoria de Graduação.

A vigência da bolsa é de 10 meses, março a dezembro, durante esse tempo os alunos são acompanhados pela CAE no que diz respeito às dificuldades encontradas, desempenho escolar, satisfação com o curso, planos para o futuro, entre outros.

Como contrapartida, o aluno deve desenvolver atividades dentro da Universidade com carga horária semanal entre 10 e 20 horas.

3 Procedimentos Metodológicos

Para realização deste artigo foram analisados, através de bibliografia específica, dados cedidos pela Coordenação de Assistência ao Estudante - CAE da Universidade Federal de Itajubá.

4 Resultados Analisados

De acordo os dados do gráfico, grande parte dos alunos que recebem bolsa auxílio (45%), está no primeiro ano de faculdade, ou seja, está no processo de adaptação a um novo cenário em suas vidas, a entrada na universidade.

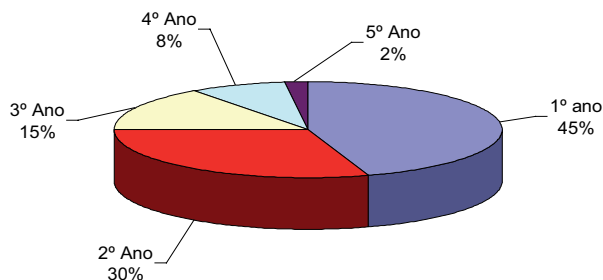


Figura 1. Ano de curso

Para Cunha (2005), o ingresso em um curso superior é um período crítico para o desenvolvimento e ajustamento acadêmico. Na transição do Ensino Médio para o Ensino Superior, o estudante vivencia várias mudanças que geram diversos problemas de ajustamento acadêmico, resultado das experiências concomitante entre as exigências colocadas pelo contexto e às características desenvolvidas pelos próprios alunos.

A esse respeito Almeida (2006) acredita que a chegada à Universidade implica reformular relacionamentos interpessoais e familiares, estabelecer novas amizades, redefinir o papel de estudante, gerir atividades no quadro de uma maior autonomia e ter professores cuja relação é mais distante do que a estabelecida com os professores no Ensino Secundário. Alguns autores argumentam que estas mudanças e possíveis dificuldades influenciam negativamente no rendimento acadêmico, aumentando os índices de evasão e de pedidos aos serviços de apoio psicossocial.

Segundo Cunha (2005), a maioria dos estudantes que ingressam no Ensino Superior traz consigo uma expectativa positiva em relação a sua futura experiência acadêmica. E a discordância entre estes sentimentos e pensamentos e o que a universidade efetivamente pode oferecer gera uma fonte de dificuldades refletida na adaptação, na satisfação e no sucesso acadêmico.

Neste sentido, a universidade deve estar atenta aos programas que ela oferece. Será que um programa que tenha como objetivo a manutenção de seus alunos, mas que exige como contrapartida o cumprimento de 20 horas semanais está preocupado com o rendimento acadêmico? Será que as Instituições de nível superior levam em conta a influência de um novo ambiente e novas exigências acadêmicas que antes não existiam na vida dos alunos?

Para Santos (2000), as universidades deveriam implementar programas de intervenção psicopedagógica que pudessem facilitar a adaptação acadêmica e minimizar

o impacto educacional da universidade nos estudantes, sobretudo aos recém-chegados ao ensino superior. Estas estratégias podem envolver várias atividades com o objetivo de desenvolvimento pessoal do estudante, capacitando-o tanto para as suas aprendizagens acadêmicas como para o desenvolvimento da sua personalidade.

No gráfico a seguir, observamos que mais da metade dos alunos inseridos nos programas de bolsa-auxílio e “Garanta um futuro”, estão na faixa etária entre 17 e 20 anos, exatamente no momento de transição da adolescência para a vida adulta. Nesta fase, o estudante enfrenta vários desafios provenientes das tarefas psicológicas inerentes a esta transição, que quando confrontadas com as exigências da vida universitária se constituem um desafio a ser vencido. Um processo de adaptação bem sucedido aparece como preditor importante da persistência e do sucesso dos alunos ao longo das suas experiências acadêmicas, bem como determina padrões de desenvolvimento estabelecidos ao longo de sua vida universitária. O modo como é vivenciada a experiência de adaptação e integração a um novo ambiente, depende tanto das características individuais como do apoio da universidade (CUNHA, 2005).

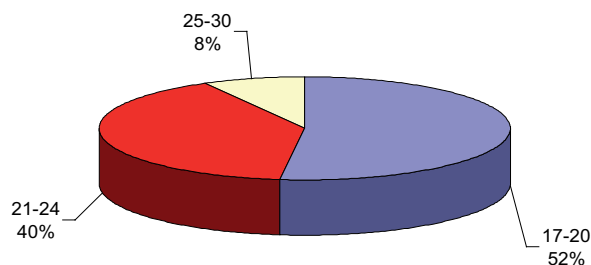


Figura 2. Faixa etária

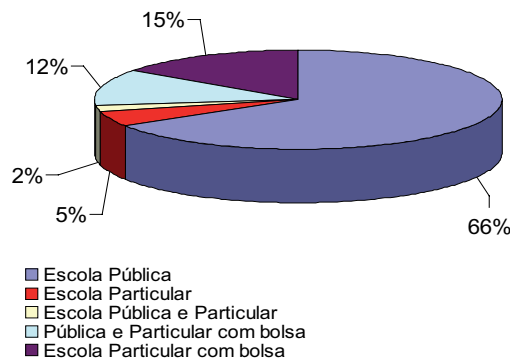


Figura 3. Formação do 2º Grau

Mais de 60% dos alunos bolsistas, teve sua formação em escolas públicas, fato que, segundo Almeida (2006) terá impacto significativo no tipo de curso que os alunos escolhem frequentar. O tipo de sistema produzido por nossa sociedade tende a fazer parecerem naturais certas opções, mas na verdade existe outra vertente camuflada

ou oculta, guiando os interesses, valores e até aptidões. Uma questão relevante que deve ser colocada passa então pela consciência que os alunos podem ou não ter do impacto desse fator em seu acesso ao Ensino Superior.

De acordo com Guimarães (2003), quanto maior a classe sócio-econômica do candidato, melhor o seu desempenho e maiores são as chances de acesso à Universidade pública. Para o autor, a influência da classe também se manifesta por três outras variáveis. Primeiro, a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos, ou seja, aqueles que não precisam trabalhar têm um desempenho melhor no vestibular. Segundo, e relacionado a esse, o turno em que cursou a escola secundária: aqueles que estudaram no período diurno têm mais sucesso. Terceiro, a natureza do estabelecimento de 1º e 2º graus em que se estudou: aqueles que cursaram escolas públicas estaduais e municipais têm menos possibilidade de sucesso.

No entanto, como o próprio gráfico sugere, muitos alunos conseguem transpor os limites dessa barreira sócio-econômico-cultural e chegar à Universidade. Sobre este enfoque Leão (2006) acredita que a decisão entre estudar ou não, investir na formação ou no trabalho, prolongar a trajetória escolar ou parar em determinado ponto dependerá de uma combinação de fatores objetivos e subjetivos que conformarão o peso que a educação tem na vida de cada um e de sua família. De acordo com este autor, para os jovens das camadas populares, tanto a escola como a vida em geral são experiências da desigualdade diante do trabalho, do consumo, do lazer e até mesmo dos próprios direitos. A motivação do jovem diante da escola se dará em face à forma como cada um elabora sua experiência de crescer em meio à desigualdade social e do significado que a educação irá adquirir em sua vida. Muitos vêm nos estudos uma possibilidade de mobilidade, integração e ascensão social.

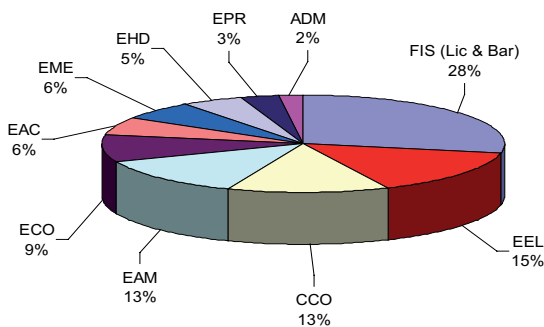


Figura 4. Cursos

O gráfico acima sugere que grande parte dos alunos que recebem bolsa-auxílio está no curso de Física Licenciatura ou Bacharelado. Isto pode estar relacionado ao fato do curso de física ter a menor demanda de procura no processo do vestibular. Uma vez que os cursos mais concorridos são os que oferecem as carreiras mais promissoras, os estudantes com melhor formação têm mais chances de aprovação. Sendo os alunos bolsistas, em sua maioria, oriundos de escolas públicas, a baixa

concorrência pode ser um fator de estímulo e facilitador ao seu acesso à universidade pública e gratuita. Almeida (2006) afirma que estudantes dos meios menos favorecidos tendem a apresentar escolhas mais limitadas em termos de cursos do Ensino Superior.

Sarriera et al (2001) citam que à medida que o jovem tem oportunidades, ele vai reduzindo gradualmente a lista de possibilidades, decidindo por uma profissão que seja de seu interesse e compatível com suas aptidões. Entretanto, quanto menores as possibilidades mais ele tende a evitar a tomada de decisões acerca da escolha profissional. Caso as tome, opta pelo que acredita correto ou conveniente, sem reflexões mais aprofundadas. E, conseqüentemente, as opções mal-feitas tendem a repercutir em frustrações, ou até mesmo, abandono de atividades que outrora foram escolhidas.

Bueno; Lemos e Tome (2004) complementam que a opção por um curso universitário, ainda que ocorra de forma adequada, não representa o fim de um conflito. Outras escolhas ainda terão de ser realizadas. O autor ressalta que o jovem universitário experimenta conflitos diferentes no início, na metade e no final de seu curso. O início caracteriza-se por uma fase de adaptação dos alunos ao curso e à vida universitária. Não é uma fase fácil, considerando-se que a maioria das desistências ocorre nesse período. O aluno em meio de curso começa a sentir a responsabilidade social do papel profissional que terá que desempenhar, sem que se sinta preparado para assumi-lo a essa altura. O terceiro momento crítico ocorre com os alunos em final de curso, quando seus questionamentos refletem o grande medo de sair da universidade. Como a identidade profissional está calcada no fato de serem estudantes, sentem-se assustados em relação à mudança e às impossibilidades de inserção no mercado de trabalho.

5 Considerações Finais

A Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI, não consegue atender a todos os alunos considerados carentes. Segundo informações da Coordenação de Assistência ao Estudante – CAE, um número expressivo de estudantes abandona a Universidade por não conseguirem se sustentar. Muitos na exigência de manterem seus contratos, cumprindo uma carga horária de trabalho de até 20 horas por semana, acabam por dedicar o mínimo necessário de tempo às disciplinas cursadas, levando à reprovação e ao baixo rendimento acadêmico. Almeida (2006) acredita que quanto mais elevado é o rendimento escolar, maior é a probabilidade do aluno se manter no sistema educativo, prolongando a sua escolaridade no tempo. Desta forma, as consecutivas reprovações na carreira podem levar ao desânimo e a defasagem.

Cunha (2005) sugere que a Universidade deve olhar o estudante de forma diferenciada e acolhedora, sobretudo no momento do seu ingresso no curso superior. Neste sentido, as Instituições de Ensino Superior devem compreender a importância de se criar um espaço que contribua para a formação integral do ser humano, considerando principalmente que os componentes emocional e cognitivo são partes constituintes do mesmo.

Faz-se necessário pensar em um programa institucional que amplie o número de ofertas, de forma a atender a todos os alunos carentes. Mas um programa que objetive a inclusão social atento às necessidades dos alunos, visando não apenas a manutenção das despesas pessoais, mas também o bom desempenho acadêmico, proporcionando tempo de dedicação aos estudos sem se esquecer do processo de adaptação e integração em uma Universidade, condição esta indispensável a uma boa trajetória acadêmica.

Vale, ainda, ressaltar a importância do serviço de apoio ao estudante, para elaboração dos conflitos pessoais e profissionais que surgem nesta etapa da vida, o qual pode contribuir para a satisfação e permanência do aluno na instituição, assim como, indiretamente, atrair novos alunos no futuro.

Referências

- ALMEIDA, L. S. et al. Acesso e sucesso no ensino superior em Portugal: questões de gênero, origem sócio-cultural e percurso acadêmico dos alunos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 19, n. 3. p.507-514, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Universidades Federais: ensino de qualidade para mais alunos*. Brasília: MEC, 2001.
- _____. Ministério da Educação. *INEP*. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 25 jul. 2007.
- BUENO, J. M. H.; LEMOS, C. G.; TOME, F. A. M. F. Interesses profissionais de um grupo de estudantes de psicologia e suas relações com inteligência e personalidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n. 2, p. 271-278, 2004.
- CARDOSO, A.M.R. A educação resgata a humanidade perdida do homem?! Fórum Crítico da Educação. *Revista do ISEP*, v. 2, p. 179-190. 2004.
- CUNHA, S. M. O processo de adaptação ao ensino superior e o rendimento acadêmico. *Psicologia Escolar e Educacional*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 215-224, dez. 2005.
- GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 247-268, mar. 2003.
- LEÃO, G. M. P. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, 2006.
- MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002.
- REGO, A.; et al. Os motivos de sucesso, afiliação e poder: perfis motivacionais de estudantes de graduação e pós-graduação e sua relação com níveis remuneratórios. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 18, n. 2. p. 225-236. 2005,
- SAAVEDRA, L. Alunas da classe trabalhadora: sucesso acadêmico e discurso de regulação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 2. p. 267-276. 2004,
- SANTOS, L. T. M. dos. *Vivências acadêmicas e rendimento escolar e rendimento escolar: estudo com alunos universitários do 1º ano*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho. Braga. 2000.
- SARRIERA, J. C., et al. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 6, n. 1, p. 16-32, 2001.
- VALENTE, A. L. O programa nacional de bolsa escola e as ações afirmativas no campo educacional. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 165-181, set./dez. 2003.
- VASCONCELOS, S. D.; SILVA, E. G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. Ensaio: *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 49, p. 264-266, out./dez. 2005.

Sílvia Angélica de Souza*

Mestranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

e-mail: <silviaangelicasouza@yahoo.com.br>

*** Endereço para correspondência:**

Av. Cel. Carneiro Junior, 337, Apto 307 – Cep. 37500-018 – Itajubá, Minas Gerais, Brasil.
